

ACÇÕES POLÍTICAS, HISTORIOGRAFIA E O GOLPE DE 1964 EM FEIRA DE SANTANA-BAHIA.

Diego Carvalho Corrêa¹

Resumo: Neste texto analisamos de forma breve as interpretações das ações políticas de grupos que foram responsabilizados pelo golpe civil/militar de 1964. A partir da historiografia produzida sobre o tema, realizamos uma opção interpretativa condensando alguns matizes intelectuais, em seguida empreendemos um breve exame sobre as condições da instalação do golpe em Feira de Santana, considerando as especificidades que ocorreram na cidade através de ações políticas de grupos locais.

Palavras-chave: golpe, ação política, Feira de Santana.

O golpe de março/abril e a História do Brasil.

O golpe no Estado brasileiro, dado em abril de 1964, resultou na ascensão de militares ao poder executivo e uma ditadura civil/militar que duraria duas décadas. Dirigida pelas forças armadas e grupos civis, foi respaldada por vários interesses do capital nacional e imperialista. Hoje há uma série razoável de produções historiográficas e no conjunto das Ciências Humanas e Sociais sobre o golpe e o período de governo da chamada “revolução”, derivando daí diversas determinantes a serem consideradas sobre os processos históricos que o precederam. A produção sobre o período nos permite e exige certa divagação sobre tema que apresenta algumas possibilidades interpretativas impondo a pesquisa uma posição quanto ao evento.

Das questões a serem levantadas sobre o golpe, há um debate historiográfico acerca da interpretação das causas que nos interessa. Posicionamentos são diversos, notadamente no tocante aos sujeitos envolvidos e sobre o que implicou para gerar determinadas ações políticas. Alguns pesquisadores defenderam e defendem a tese segundo a qual a saída para crise política - gerada devido o acirramento da luta de classes e ao avanço ideológico de grupos de esquerda - encontrada pelas frações da classe burguesa associadas ao capital internacional, foi o golpe. Tese que corrobora com a hipótese da ameaça à democracia por parte de esquerdas brasileiras, defendida por militares e setores da classe dominante e que nos últimos anos foi bem aceita e divulgada em meios populares do país através da mídia. ²O golpe teria sido uma alternativa encontrada para evitar uma possível república sindical idealizada por um projeto de revolução dos trabalhadores.

Apelando aos precedentes no governo de João Goulart, chegamos à

compreensão que essa gestão se concentrou na tentativa de sanar problemas tanto econômicos ligados a uma alta inflação e uma estagnação na economia, tentando ao mesmo tempo conter uma possível convulsão social relacionada ao avanço político-ideológico dos grupos oprimidos do campo e da cidade. Seu governo não se caracterizou como um projeto de grupos que tinham orientações programáticas e ideológicas em oposição aos grupos dominantes pertencentes a frações burguesas, seu fim último foi solucionar os problemas referidos, portanto assegurar a ordem. Desenvolver o capitalismo e conter a inflação, segundo a orientação de Celso Furtado no Plano Trienal. A reforma agrária seria um passo do desenvolvimento industrial, a meta era converter latifúndios improdutivos em produtivos, proposta que gerou grande discórdia com a burguesia agrária brasileira e levou a sua mobilização contra o governo. O apoio esperado pelo governo da parte da burguesia industrial nacional não foi conseguido e sua principal reforma de base ficou sem respaldo, recorrendo à tentativa de apoio popular e das esquerdas, em troca evitaria perseguições políticas a organizações como o PCB, a greves e resistência popular. (TOLEDO, 1997).

Dreiffus encontrou organizações que articularam o golpe, como a Escola Superior de Guerra, o complexo IPES/ IBAD, junto a FIESP e CONCLAP³, sendo organismos de construção de oposição ao regime populista a que Jango dava continuidade, constituindo estratégias de construção de uma contra hegemonia onde as “atividades objetivavam conter forças populares, desagregar o bloco-histórico populista e levar os interesses multinacionais e associados ao governo político através de um golpe de Estado civil-militar”. (DREIFUSS, 1986, p.29).

O Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) surgiu em 1959 com o objetivo de financiar candidatos opostos ao populismo e direcionar capital para propaganda anticomunista. O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) foi criado em 1962 por empresários brasileiros, especialmente do Sudeste, ansiosos por uma forma de organização capaz de enfrentar o crescimento qualitativo das organizações sindicais dos trabalhadores e intervir na base do governo – ou contra ele – para reverter os efeitos da reforma de base em seus empreendimentos. (DIAS, 2009, p.19).

Os grupos dominantes se apoiavam em organizações de classe como a CONCLAP, um dos principais órgãos fomentadores do golpe. A CONCLAP tinha relacionamentos estreitos com a ESG, muitos de seus integrantes eram ex-alunos ou professores da escola. Esses grupos se organizavam tanto para disputar ideologicamente as classes populares, trabalhadores mais pobres, como para aproximar a classe média de seus ideais e convencer industriais e banqueiros, setores dominantes, de seus projetos

políticos. Um dos aspectos mais importantes das estratégias desses grupos, a exemplo do IPES/IBAD, foi à doutrinação ideológica através de aparelhos para conquistar a direção intelectual e moral da sociedade e dominação política, portanto a hegemonia. Jornais, revistas, televisão, foram os meios de controlar o juízo público, pois o que estava em jogo não era somente conquistar adeptos de seus ideais por promessas de futuro próspero, mas também estabelecer padrões de julgamento de atitudes.

O golpe foi necessariamente uma estratégia construída em torno não unicamente de uma resposta à ameaça que surgiu a partir dos trabalhadores em luta, mas uma alternativa que se mostrou como um bloqueio de forma brusca do conjunto do bloco histórico populista.

Marcelo Badaró (2005) chamou atenção para posicionamentos historiográficos recentes que tendem a legitimar uma visão interpretativa do golpe que autentica o discurso histórico das classes (frações) dirigentes da ditadura, mantendo a afirmação da alternativa golpista como única saída para esses diante da iminência antidemocrática e revolucionária de esquerda. Em acordo com o argumento da alternativa golpista, se destacou Argelina Figueiredo (1993), contrapondo contribuições como a de Dreiffuss de um golpe preparado por uma direita como estratégia de tomada de poder de classe. Argelina concebeu o golpe como estratégia de um grupo de classe dominante, porém a elaboração da alternativa se dá com o desenrolar da ameaça da esquerda de criar uma república sindicalista, o golpe foi uma fatalidade justificável, pois, as classes econômicas do golpe e os militares agiram com a única alternativa encontrada para conter a ameaça de uma revolução socialista. De qualquer forma, a democracia estava ameaçada e seria destituída, pela esquerda ou direita.

Dreiffus, segundo Carlos Fico (2004), havia supervalorizado o papel de organizações civis na preparação do golpe. Argelina e Jorge Ferreira (2004) deram ênfase a certa maturidade organizacional e política de esquerda para encontrar suas alternativas sobre o papel do poder e do Estado. Uns ressaltaram o papel da direita, outros o da esquerda como causador do golpe. Atentamos para o desenvolvimento dialético que a luta de classes impôs nos longos anos precedentes do golpe. Os alargamentos ideológicos organizacionais das classes não se davam de forma extemporânea às realidades conjuntas de suas experiências vividas, eram desenvolvidas a partir dos conflitos entre elas. Se grupos de direita amadureciam em suas estratégias e organização, a esquerda seguia o mesmo caminho nesse momento, não significando, porém, a pressuposição por parte da esquerda de uma insurreição contra o Estado democrático, sendo essa conclusão produto de uma leitura inclinada, pois as fontes não

indicam ser este um período pré-revolucionário, não são encontradas propostas ou organização de caráter golpista, ou mesmo a iminência deste pela esquerda, e não havia também uma frente armada ou apoio de setores militares, o que minimamente fundamentaria uma leitura de uma possibilidade da aplicação de um golpe/revolução.

Caio Navarro de Toledo, replicou a visão de ameaça da revolução da esquerda. Concordou sobre antecedentes do golpe, o governo de Goulart e seu caráter intimidante de setores conservadores nacionais por seu populismo, os avanços das esquerdas do ponto de vista ideológico e o acirramento da luta de classes nas cidades e no campo, porém, dissentiu de uma posição que é condescendente com uma ameaça revolucionária da esquerda nacional pregada por frações militares e grupos golpistas.

O apoio da esquerda nacionalista foi dado ao governo, tencionando forças sociais a lutar por reformas de base no apoio a Jango, porém, sem saber que o que os esperava era a opção por parte da direita e setores militares pelo golpe. A ilegalidade da direita se dá com o afundamento do Estado civil de direito em defesa de interesses de latifundiários, industriais, financistas, militares e o imperialismo norte-americano. Estava se definindo o caminho das lutas sociais entre grupos de trabalhadores e setores dominantes de interesses distintos para o grupo que iria dirigir o Brasil pós-golpe.

Segundo Jorge Ferreira (2004) a esquerda não propunha a defesa da democracia, estando disposta a rompê-la, sendo a Frente de Mobilização Popular (FMP) principal fonte de sustentação de sua argumentação. À esquerda sob a direção de Brizola e a FMP, estava em um estágio de grandes avanços organizativos, ameaçavam as classes dominantes que se viram sem alternativas, pois, estariam prestes a serem golpeadas. Ao contrário dessa leitura, Badaró considerou como irreal esta atuação antidemocrática da esquerda assegurando isto a partir de uma pesquisa sobre os trabalhadores antes do golpe. A supervalorização da FMP Ferreira, que teria organizado um processo que foi antidemocrático e golpista apoiado em sua base popular de movimentos sociais⁴, sugere uma visão que respalda o argumento de golpistas como o único caminho para escapar de uma república sindicalista a maneira soviética. Se a FMP era uma frente tão ameaçadora por parte dos trabalhadores urbanos, e outra ameaça vinha das ligas camponesas, foi deixado de lado à análise mais aprofundada de outra frente ampla, esta de direita, a UDN - que desde seus primórdios se mostrou golpista - surgida mais de uma década antes do aparecimento da FMP.

Já Gláucio Ary Soares (SOARES e CASTRO, 1994) inverteu a proposta elucidativa de compreensão de Dreiffus relacionada ao caráter do golpe enquanto conspiração de grupos econômicos com militares, para militares com grupos

econômicos. O que está em jogo é a interpretação correta dos grupos dirigentes do golpe, sujeitos principais e coadjuvantes, se de fato tem mais responsabilidade militares enquanto principal protagonista do golpe ou grupos econômicos associados. Sua perspectiva partiu principalmente das análises de entrevistas do CPDOC, onde era perceptível um grau de vanguardismo dos militares.

Na tentativa de solução, ou ao menos uma reflexão para possibilidades, está o estudo mais penetrado e um recuo mais longo no debate dos precedentes no que refere à história militar nacional. Sodré (1984) propõe uma análise deste tipo, porém exacerba o papel dos militares, mas contribui ao analisar a organização militar nacional, onde existiu uma mentalidade de longa duração que se enraíza no desejo de governo do país desde o início do período republicano. Este fez uma apreciação sobre esse papel no Estado que os militares tomam para si, inclusive com o ato da Proclamação da República.

Dadas às dimensões propositivas de Sodré, os militares não são homogêneos em sua prática política e em perspectivas sociais, é uma organização que não está isenta de disputas, contradições “equivalentes” a de classe. Concordamos com a possibilidade real de uma supremacia de um pensamento de um grupo do alto escalão militar que sempre se posicionou como assegurador da “paz” interna no país e de ditos interesses da nação, pois é um discurso facilmente encontrado também fora das forças armadas e sempre que se definiram como necessário, estas foram convocadas para salvaguardar estes interesses. Há grandes divergências entre frações de militares, mesmo que ao fim se sobreponha uma proposta hegemônica. Desobediência, protestos de sargentos e oficiais e mesmo disputas de concepção entre Generais levaram a uma crise dentro das forças armadas no período. (CARVALHO, 2005).

A crise social e política do governo Goulart foi adensada por vários movimentos contestatórios, inclusive, motins dentro das forças armadas, a exemplo do motim de suboficiais da Aeronáutica e da Marinha que eclodira em Brasília, em 1963, exigindo direito de voto e melhores condições na tropa.⁵

Havia mesmo um setor militar que se dispôs a resistir ao golpe junto a movimentos de trabalhadores, comprovando a diversidade dentro das organizações militares. Há aspectos que precisam de estudos mais densos sobre os antecedentes do golpe, como o papel articulador da UDN enquanto frente golpista, objeto de grande relevância para reconsiderar a preparação do golpe. A UDN em sua trajetória organizacional se configura a partir de posições contrárias a Getúlio Vargas e o comunismo. Este movimento construiu uma série de tentativas de golpear o Estado,

sendo a primeira vez em 1945, obrigando o abandono de Getúlio, em 1954 com o “golpe branco”, coagindo, junto a aliados, a renúncia de Getúlio, que na tese de Otávio Mangabeira significou uma “revolução pela metade”, “uma tentativa freada pelo suicídio de Getúlio, de uma transformação revolucionária, como um embrião, o ensaio geral de 1964”. Outras tentativas de deposições foram focadas, porém sem êxito “até no 31 de março de 1964, quando a UDN poderia considerar-se vitoriosa”. (BENEVIDES, 1981, p.91).

Carlos Fico⁶ preferiu realizar seu estudo analisando causas macroestruturais e micrológicas, produzindo um texto denso com uma perspectiva bastante abrangente. Para ele o IPES, os militares a condições históricas pela qual o país passava sob o governo João Goulart, são todas causas do golpe, em menor ou maior grau tudo deve ser considerado.

O golpe em Feira presenteia João...

Com o desenrolar do golpe a partir do sudeste e centro-oeste do país, parte de grupos dominantes e oligárquicos da Bahia se curvaram ou aderiram prontamente à nova combinação política nacional. Mesmo a configuração do governo estadual se modificou em um novo acordo político. Lomanto Jr. que desenvolvia um governo próximo das proposições reformistas de João Goulart, ficou sem alternativas, sendo compelida uma adesão aos golpistas,

O triunfo da Conspiração de Mourão Filho representou, no plano local, a derrota do “populismo moderado” de Lomanto Jr. e o colapso da política pendular da ala liberal da UDN. ⁷

Ressaltamos que o golpe permitiu aos setores mais conservadores da UDN, uma posição política privilegiada, por outro lado, houve o abandono por setores mais abrandados e alguns liberais que se posicionaram contrários ao golpe. Neste novo tempo que surgiu para a Bahia, novos atores políticos locais e regionais iriam engrandecer-se, a ditadura permitiria o aparecimento de novos homens representantes de projetos políticos, de novos grupos dominantes e ao mesmo tempo o surgimento de novas qualidades políticas com novos sujeitos a exemplo do carlismo, estava se “abrindo caminho a uma democracia átona, sem “irracionalidade” sindicalista e ideologias “exóticas”. (DANTAS, 2008).

A cidade de Feira foi um dos lugares do Estado onde esboços de resistência ao golpe foram encontrados. Francisco José Pinto dos Santos, que ficou mais de um mês após o golpe no governo municipal, teve tempo suficiente para manifestar planos de resistência. O prefeito, juntamente com outros sujeitos, planejava uma aliança da guarda

municipal com o Tiro de Guerra para resistir ao golpe, o que não aconteceu. Pinto tinha por intenção fortalecer uma resistência regional para ajuntar-se com o governo federal, sendo forçado a desistir depois da notícia do abandono do presidente da capital federal. (DANTAS, 2008, p.46). Há muitos relatos de ex-militantes que contam versões sobre essa tentativa frustrada de Pinto, e mesmo o deslocamento de militantes de outras cidades para a Feira com a intenção de incorporar a resistência. ⁸Porém, nos interessa mais neste momento o comportamento da UDN em relação ao golpe.

Foi da UDN local que saiu a deposição de Francisco Pinto, caso normal em todo país no período, a denúncia de opositores deste partido e do golpe, aproveitando a vaga insurrecional para afasta-los do poder. Na Bahia, o golpe deu a possibilidade de afastamento de inimigos políticos em outras prefeituras, como as deposições do prefeito de Vitória da Conquista, Pedral Sampaio, e de Salvador, Vigildásio Senna, e também em câmaras de vereadores, além de militantes de oposição. Foi com o golpe que quadros da UDN poderiam, enfim, afastar o mal da administração local, afinal esta “sempre obedeceu a orientação comunista”. ⁹Com a volta dos vereadores depois do recesso da Câmara e instalado golpe, Hugo Silva (UDN), colunista do jornal udenista Folha do Norte, fez questão de propor uma moção de congratulação às “Forças Armadas do Brasil e a todos os brasileiros que se empenharam na luta contra o comunismo”, ¹⁰ sugerindo na mesma fala a deposição do prefeito por realizações de atividades subversivas. Era a tão imaginada oportunidade da UDN local de voltar ao poder e interromper a participação popular nas atividades políticas da cidade.

Feira de Santana contava com atividades desenvolvidas pelo IBAD, instalado em um “Posto Médico-Dentário” desde 1962, mesmo posto destinado a atividades de atenção à população pela Frente Democrática Trabalhista¹¹ na eleição de 1962. No Folha do Norte foram publicados alguns textos que faziam referência ao IBAD.¹² (MONTEIRO, 2009, 45). Encontramos, desde a década de 1950, uma intensificação do anticomunismo no mesmo periódico.

Com a montagem do golpe, prefeitos que tinham posicionamentos favoráveis às reformas de base e aproximações com movimentos populares, passaram a “despertar atenção do comandante Manuel Mendes Pereira – responsável pela coordenação e execução das ações repressivas no interior -, da 6º Região Militar, em Salvador”.¹³ Esse despertar do comandante foi responsável pela prisão de prefeitos, mas a delação de inimigos políticos seria fundamental para as ações de deposição. Na pesquisa não

encontramos indícios de uma perseguição ao prefeito Chico Pinto de forma espontânea pelo comandante, mas uma referência pública e o projeto de lei que o depôs.

O conjunto do governo do PSD, entre 1963 e 1964, incomodava a UDN, mas em especial alguns episódios jamais registrados antes na cidade, chamavam mais a atenção. Daí a grande revolta de Hugo Silva com o quebra-quebra¹⁴ da câmara em 1963. Enquanto este acusava o governo de *comunização*, Joselito Amorim afirmava que não recuariam os vereadores diante do fato.¹⁵ Mas o golpe permitiria a Hugo Silva uma nova empreitada junto a seus correligionários. Apesar do atraso da reação, articulação e, adesão pública udenista ao golpe, esta veio, e em uma data especialmente simbólica, Hugo Silva e a UDN presenteariam um de seus membros. No dia 08 de maio de 1964, um mês depois do recesso da Câmara, pouco mais de um mês pós-golpe, e no dia do aniversário do candidato derrotado da UDN a eleição de 1962, Hugo Silva propõe; depois de aprovada uma moção de congratulações a João Durval pelo seu aniversário - estaria por vir ainda o maior presente - o Projeto de Resolução nº 55/A64, “declarando impedido no cargo de Prefeito do Município de Feira de Santana o Bel. Francisco José Pinto dos Santos”¹⁶ aprovado por 08 votos a favor contra 05, depois de vários constrangimentos aos vereadores em sucessivas tentativas frustradas devido a não formação de quórum em reuniões. Na mesma data assumiu a prefeitura o vereador Joselito Amorim (UDN),¹⁷ e frações de grupos dominantes começaram a se recomodar na prefeitura com um golpe civil, desencadeado pelos “velhos mandões udenistas”.¹⁸ Após a resolução de impedimento do prefeito, o fato foi comunicado a Juracy Magalhães e este comunicou ao Presidente Castelo Branco (CAMPOS, 2010, 49) a solicitação de deposição do prefeito, ocorrendo como consequência à prisão de Chico Pinto.¹⁹

¹ Diego Carvalho Corrêa, Universidade Estadual de Feira de Santana, professor da área de Ciência Política. Mestre em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana. Pesquisador do Laboratório de História e Memória da esquerda e Lutas Sociais/UEFS. liberiaz@hotmail.com

² Um exemplo é a obra GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

³ Escola Superior de Guerra (ESG), Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP), Conselho Nacional de Classes Produtoras (CONCLAP).

⁴ A FMP nos estudos de Jorge Ferreira só é entendida como revolucionária a partir de seus discursos, pois ele não aprofunda o estudo para compreender se havia ou não bases para uma possível revolução sob sua direção e de Brizola.

⁵ SILVA, Elizete da. Protestantes e o governo militar: convergências e divergências. In: *Ditadura Militar na Bahia: Novos Olhares, Novos Objetos, Novos Horizontes*. Salvador: EDUFA, 2009.

⁶ FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol.24, n°47, p 29-60. 2004.

⁷ Lomanto Jr. era adepto do comício de 13 de março de 1964 do presidente Goulart em Salvador, a intenção era aproximar-se do executivo nacional já que a Bahia precisa do apoio deste devido a seu panorama econômico complicado pela estiagem. Ver: DIAS, José Alves. O Golpe de 1964 e as dimensões da repressão em vitória da conquista. In: *Ditadura Militar na Bahia: Novos Olhares, Novos Objetos, Novos Horizontes*. Salvador: EDUFA, 2009, p. 69. & FERREIRA, Muniz Gonçalves. O golpe de estado de 1964 na Bahia. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/licitacao/observa_bahia_02.pdf>, p. 14. Acesso em: 07/09/2009.

⁸ Ver; ZACHARIADES, Grimaldo Carneiro. (Org.) *Ditadura Militar na Bahia: Novos Olhares, Novos Objetos, Novos Horizontes*. Salvador: EDUFA, 2009. Depoimentos de Chico Pinto em: NADER, Ana Beatriz. *Autênticos do MDB: semeadores da democracia: história oral de vida política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. Depoimentos de ex-militantes de organizações políticas como o PCB em Feira de Santana, ver: Seminário Chico Pinto: Democracia e Ditadura em Feira de Santana, realizado pelo LABELU – UEFS, em Setembro de 2007. (DVD)

⁹ Ata da 113ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Feira de Santana. 08/04/1964.

¹⁰ Moção N° 01/64. Ata da 13ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Feira de Santana. 08/04/1964.

¹¹ A Frente era composta pela UDN e PTB, sendo que João Durval conseguiu apoio de um setor do Partido Libertador através da Professora D. Laura Folly. Folha do Norte, 01/09/1962.

¹² Sugerimos que a atuação do IBAD junto ao Folha do Norte e da UDN local, no combate a Pinto e ao comunismo são indícios de articulações anteriores em prol da deposição do Prefeito.

¹³ DIAS, José Alves. O Golpe de 1964 e as dimensões da repressão em vitória da conquista. In: *Ditadura Militar na Bahia: Novos Olhares, Novos Objetos, Novos Horizontes*. Salvador: EDUFA, 2009

¹⁴ Movimento que ocupou a câmara de vereadores em 1963 tendo por pauta de mobilização o acesso à educação público com a construção de um Ginásio Municipal. Foi atribuído ao prefeito Francisco Pinto, ligações com o movimento.

¹⁵ Ata da 111ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Feira de Santana. 03/12/1963.

¹⁶ Ata da 16ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Feira de Santana. 08/05/1964.

¹⁷ Ata da 17ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Feira de Santana. 11/05/1964

¹⁸ SODRÉ, Muniz. *O bicho que chegou a Feira*. Rio de Janeiro. Francisco Alves, 1994, 146.

¹⁹ Há um relato no Jornal Noite e Dia, setembro de 2006, Caderno IV, Comemorativo de oito anos do Jornal Noite e Dia, que diz que o convidado a assumir a prefeitura da cidade teria sido João Durval, este não aceitou por não ter sido eleito para o cargo. A hipótese deve ser considerada já que o ocupante natural do cargo deveria ser o presidente da Câmara, que a época não era Joselito Amorim e sim Jackson Amaury. Temos que considerar também a trajetória de Durval no partido.